

O IMPACTO NEGATIVO DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES RELIGIOSAS FUNDAMENTALISTAS NA POLÍTICA

**UMA INVESTIGAÇÃO DAS DINÂMICAS
DE MANIPULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO**

**ALANA MEIADO MILAN
JANAINA HELFENSTEIN**



TERRIED

O IMPACTO NEGATIVO DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES RELIGIOSAS FUNDAMENTALISTAS NA POLÍTICA

**UMA INVESTIGAÇÃO DAS DINÂMICAS
DE MANIPULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO**

**ALANA MEIADO MILAN
JANAINA HELFENSTEIN**



TERRIED

1.ª Edição - Copyrights do texto - Autores e Autoras

Direitos de Edição Reservados à Editora Terried

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.



O conteúdo dos capítulos apresentados nesta obra são de inteira responsabilidade d@s autor@s, não representando necessariamente a opinião da Editora.

Permitimos a reprodução parcial ou total desta obra, considerado que seja citada a fonte e a autoria, além de respeitar a Licença Creative Commons indicada.

Conselho Editorial

Adilson Cristiano Habowski - ***Currículo Lattes***

Adilson Tadeu Basquerote Silva - ***Currículo Lattes***

Alexandre Carvalho de Andrade - ***Currículo Lattes***

Anísio Batista Pereira - ***Currículo Lattes***

Celso Gabatz - ***Currículo Lattes***

Cristiano Cunha Costa - ***Currículo Lattes***

Denise Santos Da Cruz - ***Currículo Lattes***

Emily Verônica Rosa da Silva Feijó - ***Currículo Lattes***

Fabiano Custódio de Oliveira - ***Currículo Lattes***

Fernanda Monteiro Barreto Camargo - ***Currículo Lattes***

Fredi dos Santos Bento - ***Currículo Lattes***

Guilherme Mendes Tomaz dos Santos - ***Currículo Lattes***

Leandro Antônio dos Santos - ***Currículo Lattes***

Lourenço Resende da Costa - ***Currículo Lattes***

Marcos Pereira dos Santos - ***Currículo Lattes***

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O Impacto Negativo da Participação das Mulheres Religiosas Fundamentalistas na Política uma Investigação das Dinâmicas de Manipulação e Mobilização [livro eletrônico] /
Autoras: Alana Meiado Milan; Janaina Helfenstein -- 1. ed --
Alegrete, RS : Editora TerriED, 2024.

PDF-

ISBN 978-65-84959-88-0

1. Política

23-147990

CDD-370-1

Índices para catálogo sistemático:

1. Ensino 610.5



10.48209/978-65-84959-88-0



www.terried.com

contato@terried.com

(55) 99656-1914

SUMÁRIO DE IMAGENS

Imagem 01 – O Pensador.....	31
Imagem 02 – Print de Instagram Ana Campagnolo.....	34
Imagem 03 – Print de Instagram Ana Campagnolo.....	34
Imagem 04 – Reportagem G1 Santa Catarina.....	36
Imagem 05 – Print de Instagram Ana Campagnolo.....	37
Imagem 06 – Print de Instagram Marina Silva.....	39
Imagem 07 – Print de Instagram Ana Campagnolo.....	39

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
1. INTRODUÇÃO.....	8
2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS MULHERES NA ESFERA POLÍTICA.....	13
2.1. Breve panorama da participação feminina na política ao longo da história.....	14
2.2. A interferência dos partidos de direita na sociedade feminina, e os seus prejuízos para a conquista feminina ao longo dos séculos.....	17
3. A INFLUÊNCIA DAS MULHERES RELIGIOSAS NA ESFERA POLÍTICA.....	20
4. MULHERES CRISTÃS NA POLÍTICA: ESTRATÉGIAS, DESAFIOS E IMPACTO NA TOMADA DE DECISÕES POLÍTICAS.....	23
5. A MANIPULAÇÃO DA MÍDIA COMO UM TODO.....	25
6. ESTUDO DE CASOS DE MULHERES CRISTÃS QUE ALCANÇARAM POSIÇÕES POLÍTICAS RELEVANTES NO BRASIL.....	26
7. ANÁLISE DE CASOS DE SUCESSO DE MULHERES CRISTÃS NA POLÍTICA BRASILEIRA.....	31
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45

RESUMO

No cenário contemporâneo, a crescente presença e participação ativa das mulheres evangélicas/cristãs na esfera política, têm despertado um interesse significativo. Através da teoria de análise de discurso proposta por Michel Pêcheux, busca-se compreender como a motivação derivada de valores espirituais influencia a atuação política dessas mulheres. A pesquisa envolve uma análise profunda dos papéis desempenhados, das estratégias adotadas e do impacto gerado na tomada de decisões políticas, revelando uma intersecção complexa entre convicções religiosas e engajamento cívico. Além disso, este estudo examina a construção de plataformas políticas, alianças estratégicas e transformações nas políticas públicas promovidas por essas mulheres religiosas.

Palavras-chave: mulheres evangélicas, esfera política, tomada de decisões políticas.

1. INTRODUÇÃO

A análise do papel das mulheres cristãs na esfera política é de extrema importância devido ao crescimento significativo desse grupo religioso e sua influência nas decisões políticas. Nos últimos anos, tem-se observado um aumento expressivo no número de mulheres cristãs que ocupam cargos políticos, tanto no âmbito legislativo, quanto no executivo. Esse fenômeno pode ser atribuído a diversos fatores, como o fortalecimento das igrejas cristãs, a mobilização dessas mulheres em torno de questões políticas e a busca por uma maior representatividade dentro do sistema político (MACHADO, 2006).

Uma das principais estratégias utilizadas pelas mulheres cristãs para se inserirem na política é a participação ativa em grupos de oração. Esses grupos funcionam como espaços de discussão, onde as mulheres podem compartilhar suas experiências e discutir temas relacionados à política. Além disso, as mulheres cristãs também têm se destacado pela mobilização de eleitores, principalmente dentro das comunidades religiosas. Através da conscientização e da formação de redes de apoio, essas mulheres conseguem angariar votos e conquistar posições importantes (MOREIRA, 2018).

No entanto, as mulheres enfrentam diversos desafios ao ingressarem na política, bem como a falta de representatividade feminina nesse ambiente também dificulta sua participação, uma vez que elas precisam enfrentar estereótipos e preconceitos de gênero. Esses desafios podem ser superados através da conscientização e mobilização dessas mulheres, bem como da implementação de políticas de igualdade de gênero (TELES, 2021).

Jordana Foiatto, inspirada por Cynthia Enloe, propõe uma análise de gênero que vá além das representações tradicionais nas relações internacionais. Essa abordagem, baseada na “curiosidade feminista”, destaca como as dinâmicas de poder e gênero moldam as interações políticas (FOIATTO, 2019, p.22-23). Ao olhar para Foiatto podemos aplicar esse arcabouço analítico para explorar a in-

fluência das mulheres evangélicas/cristãs na política brasileira, enfatizando a importância de incluir suas experiências e estratégias nas análises convencionais para uma compreensão mais abrangente das dinâmicas políticas e sociais.

É importante ressaltar que, em muitos países, existem regras de paridade de gênero que buscam promover uma representação mais equitativa das mulheres na política.¹ No entanto, como mencionado, essas regras nem sempre são cumpridas efetivamente e, em alguns casos, as mulheres são incluídas nas chapas eleitorais apenas para cumprir os requisitos legais, sem receber o apoio necessário para desempenhar um papel significativo na política. As mulheres desempenham um papel significativo na política ao trazerem perspectivas únicas e experiências diversificadas para as discussões e decisões políticas. Sua presença garante representatividade, promove a diversidade de ideias, inspira liderança transformadora, advoga pela igualdade de gênero, dedica-se à promoção de questões sociais e trabalha por políticas inclusivas. Essa contribuição das mulheres na política resulta em um ambiente mais diversificado, inclusivo e eficaz, beneficiando toda a sociedade.

A conscientização e a mobilização das mulheres cristãs são fundamentais para superar desafios. Ao se unirem e defenderem suas causas de maneira organizada, elas podem criar uma voz mais forte e aumentar sua influência política. Além disso, a implementação de políticas de igualdade de gênero, como medidas que garantam a participação ativa das mulheres nas decisões políticas e que promovam a igualdade de oportunidades, pode desempenhar um papel crucial na promoção da representatividade e no combate ao preconceito de gênero (TELES, 2021).

¹ De acordo com o secretário Judiciário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Fernando Alencastro, a partir de 2020, as legendas deverão encaminhar à Justiça Eleitoral, juntamente com o Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP), a lista de candidatas que concorrerão no pleito, respeitando-se o percentual mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. A regra está prevista no artigo 10, parágrafo 3º da Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições). “Antes, a indicação de mulheres para participar das eleições era por coligação e, agora, será por partido. A mudança vai impactar principalmente o fomento à participação feminina na política, muito incentivado pela legislação. Agora, o partido não vai poder ter como escudo outros partidos para que, enquanto coligação, eles atingissem os 30%”, observa Alencastro. Acesso em <https://www.tse.jus.br> 01 de abril de 2024.

Em última análise, é essencial reconhecer que a inclusão e a representatividade das mulheres, incluindo as mulheres cristãs, na política são vitais para a construção de sociedades mais justas e igualitárias. A superação dos desafios mencionados requer esforços contínuos de conscientização, mobilização e implementação de políticas que promovam a igualdade de gênero e respeitem a diversidade de crenças religiosas.

O impacto das mulheres cristãs na tomada de decisões políticas é notável, especialmente quando observamos a influência das bancadas evangélicas em diversos temas. As bancadas evangélicas são grupos parlamentares compostos por legisladores que compartilham princípios e valores cristãos, e têm desempenhado um papel significativo na formulação de leis e políticas públicas, muitas vezes, mantendo um posicionamento fundamentalista. Em questões relacionadas à família e aos valores morais, como o combate ao aborto e à legalização das drogas, as bancadas evangélicas têm sido proeminentes, defendendo políticas que refletem suas crenças religiosas. As mulheres cristãs que fazem parte dessas bancadas têm contribuído de forma significativa para essas discussões, trazendo uma perspectiva única e enfatizando a importância da proteção da vida e da promoção de valores éticos na sociedade, deixando sempre enraizado seu posicionamento fundamentalista.

Em suma, as mulheres cristãs, especialmente aquelas envolvidas nas bancadas evangélicas - grupos parlamentares compostos por legisladores que compartilham princípios e valores cristãos - desempenham um papel crucial na política contemporânea, influenciando decisões e contribuindo para a construção de uma sociedade que reflita os valores que consideram fundamentais.

Destacando-se na política por seus enfoques e papéis distintos em comparação a outros grupos femininos, como as feministas ou mulheres de diferentes religiões, enquanto as feministas direcionam seus esforços para a desconstrução de estereótipos e a defesa dos direitos reprodutivos em busca da igualdade de gênero, os membros deste grupo fundamentam suas abordagens na defesa dos

valores morais e religiosos. Essa variação de abordagem é evidente tanto nas questões que cada grupo prioriza quanto nas alianças políticas que estabelecem (COLEN, 2019).

No entanto, para compreender profundamente essa dinâmica, é necessário contextualizá-la dentro do quadro epistemológico da Análise do Discurso, conforme proposto por Michel Pêcheux e Catherine Fuchs, em 1975. Esse quadro é composto por três regiões do conhecimento científico: o Materialismo Histórico, a Linguística e a Teoria do Discurso, todas atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica.

A análise da língua dentro desse quadro epistemológico é essencial para entender como ela se relaciona com o discurso político das mulheres cristãs. No percurso teórico de Michel Pêcheux, observa-se um destaque inicial na abordagem da língua como um sistema regido por leis fonológicas, morfológicas e sintáticas, com uma relativa autonomia em relação aos processos discursivos constitutivos do sentido. Essa perspectiva linguística é fundamental para compreender como as mulheres cristãs constroem suas plataformas políticas e estabelecem alianças estratégicas, pois revela a intersecção entre a estrutura da língua e a produção de sentido no discurso político, é importante notar que o percurso teórico de Pêcheux também inclui um momento posterior no qual há um recurso explícito a um elemento proveniente da teoria psicanalítica: a *lalangue*. Esse termo, cunhado por Jacques Lacan e teorizado por Jean-Claude Milner, traz à tona as complexidades da linguagem e do inconsciente, acrescentando uma dimensão de gozo impossível e interditado pela língua. Nesse contexto, entender como as mulheres cristãs lidam com essas vicissitudes da língua e do discurso pode lançar luz sobre suas motivações, estratégias e transformações políticas. (SERSCHÖN, 2021, p.87-94)

Portanto, ao analisar o papel das mulheres cristãs na política, é necessário considerar não apenas suas ações visíveis e declaradas, mas também as nuances e subjetividades presentes no discurso político, como sugerido pela teoria de

análise do discurso de Michel Pêcheux (GADET, HAK, 1997, p.64-66). Essa abordagem enriquece a compreensão da intersecção entre convicções religiosas, engajamento político e construção de sentido no contexto contemporâneo.

A atuação política das mulheres cristãs, exemplificada aqui pela deputada estadual de Santa Catarina, Ana Campagnolo, levanta questões complexas e controversas sobre a relação entre sua atuação política e suas crenças religiosas. Por um lado, sua influência pode ser vista como um fortalecimento da democracia, ao ampliar a diversidade de vozes e perspectivas no debate público. No entanto, essa mesma influência pode ser interpretada como uma ameaça aos direitos das mulheres, especialmente no que diz respeito à autonomia reprodutiva e à igualdade de gênero. Portanto, é necessário promover um debate amplo e plural sobre o papel das mulheres cristãs na política, buscando conciliar as diferentes visões e garantir a proteção dos direitos fundamentais (MARTINS, 2015).

2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS MULHERES NA ESFERA POLÍTICA

As mulheres na esfera política enfrentam uma série de barreiras significativas, desde o preconceito de gênero até desafios relacionados à representatividade, financiamento e exposição midiática. O preconceito de gênero é um fator crucial, resultando em discriminação e subestimação de suas capacidades políticas, conforme destacado por Norris e Lovenduski (1995). Este preconceito se reflete em estereótipos que retratam as mulheres como menos competentes para cargos políticos de alto escalão. Além disso, as estruturas de poder masculinas perpetuadas pelo sistema político dificultam o acesso das mulheres aos espaços de decisão, evidenciando a falta de representatividade e inclusão (KROOK, 2010).

Outra barreira enfrentada pelas mulheres na esfera política é a falta de financiamento adequado. As campanhas políticas demandam recursos substanciais, mas as mulheres muitas vezes têm menos acesso a doações e financiamento político do que seus colegas masculinos, limitando suas chances de competir de maneira igualitária (PAXTON, 2003). A exposição midiática também é crítica, pois a cobertura frequentemente se concentra mais na vida pessoal das candidatas do que em suas políticas e habilidades, criando desafios adicionais para manter a privacidade e destacar-se em campanhas políticas (DUERST-LAHTI, 1998).

A violência política de gênero representa outra barreira severa, incluindo ameaças, assédio e difamação direcionada a candidatas e líderes políticas (DAHLERUP, 2006). Essa violência busca desencorajar a participação das mulheres na política e pode afetar profundamente sua saúde mental e bem-estar. A falta de apoio partidário, a educação política limitada e as barreiras culturais e religiosas são desafios adicionais enfrentados pelas mulheres na esfera política (KITILSON, 2006; CELIS, 2013; MACHADO, 2002).

Diante dessas barreiras, as mulheres cristãs têm adotado estratégias como a formação de redes de apoio, a participação em movimentos sociais e organizações religiosas, e o uso eficaz das mídias sociais para amplificar suas vozes e

mobilizar se politicamente (MELO, 2021; SANTOS, 2018; COLEN, 2019). Apesar dos avanços alcançados, persistem desafios futuros que exigem ações tanto das mulheres, quanto da sociedade como um todo, visando garantir uma representação mais justa e efetiva das mulheres cristãs na política e uma participação equitativa nas decisões políticas (COLEN, 2019; MOREIRA, 2018).

As mulheres enfrentam não apenas barreiras estruturais e sociais, mas também desafios específicos relacionados à maternidade e à conciliação entre vida política e familiar, em um contexto onde o patriarcado ainda predomina. Essas expectativas patriarcais reforçam estereótipos prejudiciais e criam barreiras significativas para as mulheres na política e em outras esferas profissionais. A pressão para conciliar responsabilidades familiares com cargos públicos gera uma carga desproporcional de trabalho e estresse, afetando a participação igualitária das mulheres na tomada de decisões políticas. A falta de políticas e estruturas de apoio adequadas para essa conciliação contribui para a desigualdade de oportunidades e perpetua a divisão desigual do trabalho doméstico entre os gêneros. Essa crítica destaca a necessidade urgente de desafiar as normas patriarcais para promover uma participação política verdadeiramente igualitária e inclusiva, especialmente ao considerar a falta de políticas de apoio à maternidade e de creches acessíveis, o que adiciona uma camada adicional de desafios para as mulheres que desejam exercer seus direitos políticos plenamente (KROOK, 2018).

Portanto, é essencial considerar não apenas as barreiras tradicionais enfrentadas pelas mulheres na esfera política, mas também as questões relacionadas à maternidade e à conciliação entre vida familiar e carreira política para promover uma participação mais inclusiva e equitativa das mulheres na política.

2.1 Breve panorama da participação feminina na política ao longo da história

Ao longo da história, a participação feminina na política tem enfrentado desafios significativos. Segundo Scott (1995), as mulheres, há muito tempo, foram excluídas dos espaços de poder político, com suas vozes e perspectivas marginalizadas. Recentemente, houve esforços para promover a igualdade de gênero na

política, incluindo a implementação de regras de paridade de gênero, que exigem uma porcentagem mínima de mulheres em chapas eleitorais. No entanto, como aponta Matland (2006), mesmo quando essas regras são adotadas, muitas vezes não são efetivamente cumpridas. Em muitos casos, as mulheres são incluídas nas listas eleitorais apenas para atender aos requisitos legais, sem receber o apoio partidário necessário. Isso resulta em uma representação superficial das mulheres na política, onde elas, muitas vezes, não têm a influência ou poder necessários para efetuar mudanças significativas.

Além disso, o estigma de gênero persiste na política, tornando difícil para as mulheres conquistarem o reconhecimento e o respeito de seus colegas. Conforme argumentado por Lovenduski (2005), estereótipos de gênero arraigados frequentemente minam a credibilidade das mulheres como líderes políticas, perpetuando a ideia de que elas são menos capazes do que seus colegas masculinos. Isso cria um ciclo de desvantagem para as mulheres na política, dificultando sua ascensão e impacto substancial.

Para superar esses desafios e alcançar uma verdadeira igualdade de gênero na política, é essencial não apenas ter regras de paridade de gênero, mas também promover uma cultura política que valorize e apoie ativamente as mulheres em suas carreiras políticas. A conscientização e a mobilização das mulheres, bem como o apoio partidário real, são fundamentais para garantir que a participação feminina na política seja mais do que uma mera formalidade, permitindo que as mulheres desempenhem papéis significativos e eficazes na formulação de políticas e na governança.

Desde os tempos antigos, as mulheres têm enfrentado barreiras culturais, sociais e políticas para conquistar espaço nesse campo. A exclusão das mulheres da esfera política era uma prática comum em muitas sociedades, onde o poder e a tomada de decisões eram considerados domínios exclusivos dos homens. As mulheres eram frequentemente relegadas a papéis secundários, limitadas a funções de apoio ou representação simbólica. Essa marginalização histórica das mulheres na política reflete a persistência de estruturas patriarcais que perpetuaram a desi-

igualdade de gênero e negaram às mulheres o direito de participar plenamente do processo político (BIROLI, 2010).

No entanto, é importante ressaltar a importância das mulheres na esfera política, pois elas têm desempenhado um papel significativo na promoção da igualdade de gênero e na defesa dos valores nas decisões políticas. As mulheres cristãs têm se destacado como líderes influentes em diferentes contextos sociais e políticos, trazendo suas perspectivas e experiências únicas para o debate público. Sua representatividade é fundamental para garantir que as vozes das mulheres sejam ouvidas e consideradas nas discussões sobre políticas públicas (COWAN, 2014).

Para se envolverem na política, as mulheres cristãs adotaram diversas estratégias ao longo do tempo. Uma delas é a criação de organizações e movimentos específicos, que visam promover a participação política das mulheres e defender seus interesses. Além disso, as redes sociais têm sido uma ferramenta importante para conectar mulheres cristãs de diferentes regiões e mobilizar apoio para suas causas. A participação em eventos políticos, como conferências e manifestações, também tem sido uma forma eficaz de aumentar a visibilidade das mulheres cristãs na esfera política (MACHADO, 2012).

O impacto das mulheres cristãs na tomada de decisões políticas pode ser observado em diversos exemplos concretos. Suas perspectivas e valores têm influenciado projetos de lei relacionados a questões como aborto, família e educação. Outrossim, sua atuação política impulsionou políticas públicas voltadas para a proteção da vida, defesa da família tradicional e promoção dos princípios cristãos. Essas contribuições evidenciam o poder transformador das mulheres de fé na formulação de políticas que refletem suas convicções religiosas (SOUZA, 2015).

As abordagens adotadas pelas mulheres cristãs na política diferem em alguns aspectos das estratégias utilizadas por outras mulheres. Uma diferença significativa é a mobilização da base eleitoral, onde as mulheres cristãs têm se destacado ao engajar eleitores com base em questões morais e religiosas.

Além disso, o discurso utilizado pelas mulheres cristãs enfatiza valores tradicionais, como a importância da família e a defesa da vida. As alianças estabelecidas pelas mulheres cristãs também são diferentes, pois elas têm buscado parcerias com líderes religiosos e organizações que compartilham de suas convicções (ARAÚJO, 1998).

No entanto, as mulheres cristãs enfrentam desafios significativos na esfera política. O preconceito religioso é um obstáculo importante, pois, muitas vezes, suas crenças são ridicularizadas ou desvalorizadas no debate público. Ademais, a falta de representatividade nos espaços de poder dificulta sua participação efetiva na tomada de decisões políticas. As pressões internas da comunidade religiosa também podem ser um desafio, uma vez que algumas mulheres cristãs enfrentam resistência ou críticas por se envolverem na política (RODRIGUES; FRABETTI, n.d.).

Olhando para o futuro, há perspectivas promissoras para a participação das mulheres na política. A crescente conscientização sobre a importância da igualdade de gênero e da diversidade nas instituições políticas têm impulsionado mudanças positivas. Avanços legislativos e políticos têm sido alcançados em muitos países para promover a participação das mulheres na política. No entanto, ainda existem desafios a serem superados, como a necessidade de garantir uma representação mais equitativa das mulheres nos espaços de poder e combater o preconceito religioso. A continuidade do diálogo e do engajamento entre as mulheres cristãs e os demais atores políticos é fundamental para avançar em direção a uma sociedade mais inclusiva e justa (BIROLI, 2010).

2.2 A interferência dos partidos de direita na sociedade feminina, e os seus prejuízos para a conquista feminina ao longo dos séculos

A interferência persistente dos partidos de direita na sociedade feminina ao longo dos séculos representa uma triste realidade, marcada por retrocessos e prejuízos consideráveis às conquistas das mulheres. Desde tempos imemoriais, esses partidos têm atuado como obstáculos aos avanços femininos, perpetuando

uma estrutura social patriarcal e conservadora. Empregando discursos discriminatórios e práticas de exclusão, essas forças políticas têm sistematicamente minado a participação política das mulheres e limitado suas chances de conquistar posições de liderança e representatividade (COWAN, 2014).

Os argumentos centrais utilizados pelos partidos de direita para justificar sua intromissão na esfera política das mulheres cristãs são baseados em concepções ultrapassadas de gênero e religião. Defendem a visão de que as mulheres devem permanecer em um papel secundário na sociedade, subordinadas aos homens e confinadas às esferas domésticas. Outrossim, sustentam que a participação política das mulheres é incompatível com os valores religiosos, retratando-a como uma ameaça à moralidade e à ordem estabelecida (MACHADO, 2006).

As consequências negativas dessa interferência são evidentes na alarmante falta de representatividade das mulheres na arena política. A falta de oportunidades de liderança e a subestimação de suas vozes resultam em uma notável subrepresentação das mulheres nesses espaços, traduzindo-se em decisões políticas que negligenciam sistematicamente as necessidades específicas das mulheres, perpetuando, assim, as desigualdades de gênero e minando os avanços em direção à igualdade (MAURICIO JUNIOR, 2019).

Para minar o ímpeto do movimento feminista e desencorajar a mobilização política das mulheres, os partidos de direita recorrem a táticas destinadas a enfraquecer o feminismo e a estigmatizar as mulheres que ousam se envolver na política. Eles propagam discursos que associam o feminismo a ideologias radicais e antirreligiosas, criando um ambiente hostil em relação às demandas das mulheres. Além disso, lançam campanhas difamatórias contra líderes feministas e cristãs, buscando desacreditá-las perante a sociedade (NATIVIDADE; DE OLIVEIRA, 2009).

A participação ativa das mulheres na esfera política desempenha um papel crucial na promoção da igualdade de gênero e na defesa dos direitos das mulheres. Essas mulheres trazem consigo perspectivas únicas, enraizadas em suas experiências religiosas e valores éticos, contribuindo significativamente para a

formulação de políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às necessidades das mulheres. Ademais, sua presença na política fortalece a representatividade feminina como um todo, inspirando outras mulheres a se envolverem nesse espaço (MARTINS, 2015).

No entanto, aquelas que ousam adentrar na política enfrentam inúmeros desafios devido ao preconceito e à discriminação baseados em gênero e religião. São alvos de ataques verbais e, em casos extremos, até físicos, submetidas a estereótipos que questionam constantemente sua capacidade de liderança e sujeitas a um duplo padrão moral. Esses obstáculos não apenas dificultam sua participação efetiva na política, mas também servem como desencorajamento para outras mulheres que consideram trilhar o mesmo caminho (MACHADO; DE FIGUEIREDO, 2002).

Para combater essa interferência prejudicial dos partidos de direita na sociedade feminina e promover uma maior inclusão e participação das mulheres na esfera política, é imperativo adotar medidas abrangentes de conscientização e educação. Torna-se crucial promover debates e diálogos que desconstruam os estereótipos de gênero e religião, incentivando a formação de redes de apoio entre as mulheres. Além disso, é fundamental fortalecer políticas públicas que garantam igualdade de oportunidades para as mulheres na política, como cotas de gênero e programas de capacitação específicos. Somente por meio dessas ações, será possível superar os danos causados pela interferência dos partidos de direita na sociedade feminina ao longo dos séculos (MACHADO, 2006).

3. A INFLUÊNCIA DAS MULHERES CRISTÃS NA ESFERA POLÍTICA

A participação crescente das mulheres cristãs na esfera política tem sido uma tendência observada nas últimas décadas. O aumento do número de representantes femininas em cargos políticos é um reflexo dessa maior inserção das mulheres cristãs na política. Essas mulheres têm exercido uma influência significativa nas tomadas de decisões, trazendo para o debate político suas perspectivas e valores religiosos, os quais estão alinhados com pautas conservadoras e tradicionais (MAURICIO JUNIOR, 2019).

Os papéis desempenhados pelas mulheres cristãs na política são diversos e abrangem tanto funções tradicionais, quanto novas formas de atuação. Tradicionalmente, as mulheres cristãs têm se destacado na mobilização de eleitores e na articulação de campanhas políticas, utilizando sua influência nas comunidades religiosas para angariar votos e apoio. No entanto, cada vez mais, essas mulheres têm ocupado espaços de poder, seja como parlamentares, prefeitas ou governadoras, e contribuído ativamente na formulação de políticas públicas (NASCIMENTO CUNHA, 2020).

As mulheres cristãs empregam diversos métodos para conquistar espaço na política, desde a formação de redes de apoio, até o uso das mídias sociais como ferramenta de comunicação e mobilização. A criação de grupos de apoio entre mulheres de fé desempenha um papel fundamental, fortalecendo sua presença na política por meio do suporte emocional, troca de experiências e capacitação política. Outrossim, as mídias sociais emergem como uma ferramenta eficaz para ampliar o alcance das mensagens e propostas políticas dessas mulheres, permitindo uma conexão direta com seu eleitorado e a mobilização de apoiadores (MELO, 2021).

O impacto dessas mulheres na tomada de decisões políticas é notável, especialmente no que diz respeito a temas como família, moralidade e religião. Suas

pautas e valores influenciam as discussões e as políticas implementadas, levando a um fortalecimento de posições conservadoras nessas áreas. A defesa da família tradicional, a promoção da moralidade cristã e a garantia da liberdade religiosa são algumas das bandeiras levantadas por essas mulheres, que encontram respaldo em uma parcela significativa da população (NASCIMENTO CUNHA, 2020).

As alianças políticas estabelecidas pelas mulheres cristãs são influenciadas pelas diferentes correntes e denominações religiosas presentes nesse grupo diversificado. Algumas dessas mulheres se unem em torno de pautas específicas, como a defesa da vida e da família, formando blocos parlamentares e grupos de pressão dedicados a essas questões. No entanto, é importante destacar que as atuações políticas dessas mulheres são multifacetadas e abrangem uma variedade de áreas de interesse político, refletindo uma ampla gama de posições ideológicas dentro do espectro político. Essas posições podem variar desde o conservadorismo social, que valoriza a família tradicional e valores morais, até o progressismo social, que defende a igualdade de gênero e os direitos LGBTQIA+. Algumas mulheres cristãs também podem se engajar em pautas ambientais, priorizar questões de justiça social ou apoiar políticas econômicas liberais. Essa diversidade de opiniões e perspectivas dentro do grupo demonstra a complexidade do cenário político e social em que estão inseridas (POSSAS, 2012).

Na esfera política, as mulheres cristãs assumem uma variedade de papéis. Além de desempenharem funções como líderes religiosas, elas também se engajam como ativistas sociais, dedicando-se a causas como o combate à violência doméstica, a defesa da família e a promoção da moralidade. Ademais, muitas mulheres cristãs têm ingressado na arena política como candidatas e eleitas para cargos legislativos e executivos, ocupando posições de destaque. Essa diversidade de papéis reflete a ampla gama de interesses e demandas presentes entre as mulheres cristãs no âmbito político (RODRIGUES; FRABETTI, n.d.).

Para influenciar a tomada de decisões políticas, as mulheres cristãs adotam diversas abordagens. Uma delas é o emprego de narrativas religiosas para

embasar suas posições políticas. Ao mobilizar suas comunidades religiosas em torno dessas narrativas, elas conseguem ampliar sua influência e fortalecer suas demandas. Além disso, as mulheres cristãs também se organizam em grupos de pressão e participam ativamente de movimentos sociais, buscando sensibilizar a opinião pública e os tomadores de decisão para suas causas (POSSAS, 2012).

O impacto das mulheres cristãs na formulação de políticas públicas é indiscutivelmente significativo, especialmente no âmbito das questões morais e sociais. Por exemplo, no caloroso debate em torno do aborto, essas mulheres têm assumido papéis proeminentes na defesa da vida desde o momento da concepção. Da mesma forma, têm se posicionado de forma veemente contra o casamento igualitário, defendendo uma abordagem de educação sexual alinhada aos valores religiosos. Sua atuação assertiva tem desempenhado um papel crucial na influência da agenda política, moldando diretamente as políticas públicas nessas áreas. Essas mulheres não apenas levam suas convicções religiosas para o âmbito político, mas também aplicam uma abordagem pragmática e estratégica para alcançar seus objetivos, estabelecendo, assim, um impacto duradouro na legislação e na sociedade como um todo (ARAÚJO, 1998).

As alianças políticas estabelecidas pelas mulheres cristãs são fundamentais para fortalecer sua atuação na esfera política. Elas buscam parcerias com outros grupos religiosos e políticos que compartilham valores semelhantes, formando coalizões que ampliam seu poder de influência. Essas alianças permitem que as mulheres cristãs tenham maior representatividade política e consigam avançar em suas demandas (MOREIRA, 2018).

Apesar dos avanços em muitos aspectos, as mulheres cristãs encontram obstáculos substanciais no cenário político. O machismo persiste como uma realidade latente, prejudicando o reconhecimento de suas habilidades e restringindo seu acesso a posições de poder e influência. Além disso, setores conservadores da sociedade frequentemente resistem às agendas promovidas por essas mulheres, criando barreiras significativas para a implementação de políticas públicas que estejam alinhadas com suas necessidades e demandas (SILVA, 2019).

4. MULHERES CRISTÃS NA POLÍTICA: ESTRATÉGIAS, DESAFIOS E IMPACTO NA TOMADA DE DECISÕES POLÍTICAS

A crescente presença das mulheres cristãs na tomada de decisões políticas é um fenômeno que merece análise crítica. Embora sua participação ativa na esfera política possa indicar uma maior inclusão das mulheres nesse campo, é importante questionar a natureza e os efeitos dessa representatividade. A ascensão de mulheres cristãs a cargos de liderança pode ser vista não apenas como diversificação das vozes políticas, mas também como um ponto de preocupação. O que isso significa em termos de políticas públicas e direitos das mulheres? Estariam essas lideranças priorizando agendas conservadoras em detrimento de questões cruciais como direitos reprodutivos e igualdade de gênero? Essas são questões críticas a serem consideradas diante do aumento da influência das mulheres cristãs na política contemporânea (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2009).

O espectro de atuação das mulheres cristãs na política é multifacetado e abrange diversas dimensões, indo além do seu papel como líderes religiosas para abraçar também atividades de ativismo social e defesa de agendas conservadoras. Estes diferentes papéis têm implicações diretas na forma como essas mulheres desenvolvem estratégias para influenciar a tomada de decisões políticas. Por exemplo, líderes religiosas podem mobilizar apoiadores e influenciar a opinião pública através da sua autoridade moral, enquanto ativistas sociais podem engajar-se em campanhas e protestos para pressionar por mudanças políticas (REZENDE, 2022).

As estratégias adotadas pelas mulheres cristãs para influenciar as decisões políticas são variadas e adaptáveis às circunstâncias específicas. Uma abordagem comum é a formação de grupos de pressão para defender interesses e demandas junto aos legisladores, complementada pela organização de campanhas eleitorais para apoiar candidatos alinhados com suas visões e valores. A utilização eficaz

das redes sociais tem se mostrado uma ferramenta significativa para mobilizar apoiadores e disseminar mensagens políticas (POSSAS, 2012).

O impacto das mulheres cristãs na formulação de políticas públicas, especialmente aquelas relacionadas a questões morais e religiosas, é considerável. Estas mulheres desempenham um papel crucial na defesa de pautas conservadoras, tais como restrições ao aborto, oposição ao casamento igualitário e promoção de uma educação sexual fundamentada em valores religiosos nas instituições educacionais. Como resultado, suas influências nesses debates frequentemente se traduzem na implementação de políticas públicas que refletem suas crenças e valores, gerando, por vezes, controvérsias e polarizações no âmbito do debate público (MACHADO, 2006).

As alianças políticas estabelecidas pelas mulheres cristãs com outros grupos conservadores têm contribuído para fortalecer sua influência na tomada de decisões políticas. Essas alianças estratégicas, como aquelas estabelecidas com os ruralistas, permitem a defesa conjunta de pautas relacionadas à proteção da família e aos valores religiosos, ampliando, assim, o alcance e a capacidade dessas mulheres de influenciar as políticas públicas (MACHADO, 2012).

5. A MANIPULAÇÃO DA MÍDIA COMO UM TODO

A mídia desempenha um papel crucial na formação da opinião pública e na influência da vivência da mulher cristã na esfera política. Através de seus diversos canais de comunicação, como televisão, rádio, jornais e internet, a mídia molda as percepções e atitudes do público em relação às mulheres cristãs que se envolvem na política, exercendo uma influência que pode ser tanto positiva quanto negativa (COLEN, 2019).

No entanto, é importante destacar que a mídia pode ser uma aliada importante para essas mulheres ao promover a participação feminina na política. Ao amplificar suas vozes e destacar suas contribuições significativas, a mídia pode contribuir para fortalecer sua presença e influência na esfera política (MAURICIO JUNIOR, 2019).

Uma das estratégias eficazes para ampliar a representatividade das mulheres cristãs na mídia é através das redes sociais, especialmente plataformas como Instagram e TikTok. Essas redes se tornaram a principal porta de entrada para suas pautas, permitindo que alcancem um público mais amplo e diversificado, promovendo suas causas políticas e contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e igualitária (POSSAS, 2012). É comum ver essas mulheres compartilhando aspectos de suas vidas pessoais nessas plataformas, como vídeos mostrando o cotidiano de limpeza da casa, organização do lar e cuidado com os filhos e a família. Através desses conteúdos, de forma sutil, elas também transmitem a influência de suas crenças e valores, integrando aspectos religiosos em suas narrativas do dia a dia e demonstrando como a fé se reflete em suas atividades diárias.

Apesar dos desafios enfrentados pelas mulheres cristãs na mídia, como o julgamento público e a exposição a estereótipos e preconceitos, é possível adotar estratégias para lidar com esses obstáculos. Buscar espaços de fala, criar suas próprias plataformas de comunicação e promover uma imagem positiva e diversificada são algumas das formas pelas quais as mulheres cristãs podem manipular seus eleitores e fortalecer sua participação na esfera política (MARTINS, 2015; ARAÚJO, 1998).

6. ESTUDO DE CASOS DE MULHERES CRISTÃS QUE ALCANÇARAM POSIÇÕES POLÍTICAS RELEVANTES NO BRASIL

A atuação das mulheres cristãs na política brasileira enfrenta desafios significativos no contexto do feminismo civilizatório, Vergès critica o que ela chama de “feminismo civilizatório”, que é uma forma de feminismo ocidental que, segundo ela, se apresenta como universal e se impõe sobre outras culturas. Este tipo de feminismo assume que os valores e as práticas do feminismo ocidental são superiores e tenta “civilizar” mulheres de outras culturas, sem levar em conta as especificidades e as histórias dessas culturas. Em vez de reconhecer a diversidade das experiências femininas e as várias formas de opressão que as mulheres enfrentam em diferentes contextos, o feminismo civilizatório tende a impor uma visão única e eurocêntrica do que significa ser uma mulher emancipada (Vergès, 2020) incluindo a marginalização e subestimação de suas capacidades políticas devido a preconceitos e estereótipos. Essa hostilidade religiosa pode afetar negativamente sua influência política e sua capacidade de moldar políticas públicas.

O feminismo decolonial discute a invisibilidade da branquitude e a distinção entre feminismo universal e feminismo branco, destacando como as estruturas de poder racializadas impedem as mulheres brancas de reconhecerem seus privilégios e responsabilidades. Essa discussão é essencial para desafiar noções universalizantes e trazer à tona as complexidades das experiências das mulheres em contextos pós coloniais e racializados (VERGÈS, 2020, p. 43-46).

Portanto, ao abordar a participação das mulheres cristãs na política brasileira no contexto do feminismo civilizatório, é importante considerar não apenas os aspectos políticos e eleitorais, mas também as dimensões sociais, culturais e identitárias que influenciam suas experiências e oportunidades dentro do cenário político.

Os estereótipos de gênero continuam sendo uma barreira significativa para as mulheres cristãs na política. Elas frequentemente são associadas a papéis tradicionais de gênero, o que limita suas possibilidades e as relega a posições menos visíveis. Equilibrar a vida política com a vida religiosa também é um desafio complexo, pois exige um delicado equilíbrio entre as expectativas e demandas dessas duas esferas (MOREIRA, 2018).

Para superar esses desafios, as mulheres cristãs adotam uma série de estratégias. A busca por formação acadêmica é comum, pois a qualificação profissional é vista como um fator importante para o sucesso na política. Além disso, o engajamento em movimentos sociais e a participação ativa em partidos políticos são estratégias cruciais para ampliar a visibilidade e o reconhecimento dessas mulheres no cenário político. Isso permite que elas construam redes de apoio, fortaleçam suas bases eleitorais e adquiram as habilidades necessárias para uma atuação política eficaz (ARAÚJO, 1998).

A influência das mulheres cristãs na tomada de decisões políticas é notável, especialmente quando se trata de questões alinhadas com suas crenças religiosas. Suas posições, frequentemente, refletem um conservadorismo religioso em temas como aborto, defesa da família e contra educação sexual nas escolas, o que pode desencadear debates intensos e polarizados no cenário político brasileiro. Essas divergências colocam em conflito as demandas por igualdade de gênero e respeito à diversidade (SOUZA, 2013).

Ana Caroline Campagnolo, nascida em 26 de novembro de 1990, licenciada em história pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó, afiliada ao partido PL, foi eleita em 2018, ganhou destaque na política catarinense e nacional devido às suas posições conservadoras e sua atuação nas mídias sociais. Membro da bancada feminina de parlamentares cristãs, Campagnolo é conhecida por sua postura crítica em relação a pautas progressistas, como a educação de gênero nas escolas. Seu ativismo político frequentemente gera polêmicas, destacando como as mulheres cristãs podem influenciar debates políticos de maneira intensa e, às vezes, controversa.

No campo da educação, a deputada se destacou por sua oposição à abordagem de gênero nas escolas, argumentando que isso prejudicaria os valores e crenças cristãs. Suas declarações e projetos de lei relacionados a essa questão geraram debates acalorados, dividindo opiniões e demonstrando como as mulheres cristãs podem moldar a discussão pública em torno de temas sensíveis.

Campagnolo é uma das vozes influentes no movimento pró-vida no Brasil, defendendo políticas e leis que restrinjam o acesso ao aborto. Sua atuação reflete a influência das mulheres cristãs na formulação de políticas públicas relacionadas à moralidade e à família.

No entanto, a atuação da deputada não está isenta de críticas. Seus posicionamentos conservadores são alvo de controvérsias, especialmente por parte de grupos que defendem pautas progressistas e a separação entre Estado e religião. A polarização política em torno de suas posições reflete a complexidade da presença das mulheres cristãs na política brasileira e como suas ações podem gerar debates intensos e duradouros.

Em resumo, Ana Caroline Campagnolo é um exemplo marcante de como as mulheres cristãs podem desempenhar papéis significativos na política brasileira, influenciando debates importantes e moldando a agenda política. No entanto, sua atuação também levanta questões sobre o equilíbrio entre convicções religiosas e responsabilidades políticas, bem como sobre a representatividade de diferentes perspectivas na política nacional.

De encontro às atuações de Campagnolo nos deparamos com a atual Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil, Marina Silva uma política brasileira conhecida por seu compromisso com questões ambientais e sociais. Nascida em 1958, no estado do Acre, teve uma infância simples em uma família de seringueiros, o que despertou seu interesse pela preservação da Amazônia e pelos direitos dos trabalhadores rurais desde cedo.

Além de sua atuação política, Marina possui uma sólida formação acadêmica, tendo se graduado em História pela Universidade Federal do Acre (UFAC) e obtido um mestrado em Psicologia pela mesma instituição. Sua experiência

acadêmica e sua vivência prática na Amazônia contribuíram para sua credibilidade e impacto nas questões socioambientais.

Marina também é conhecida por sua fé evangélica como membro da Assembleia de Deus, uma das maiores denominações pentecostais do Brasil. Sua visão religiosa influencia seus valores morais e éticos, como a valorização da família, a promoção da justiça social e a preocupação com o meio ambiente como um mandato divino de cuidado com a criação.

Apesar de sua fé pessoal, Marina Silva defende a separação entre Estado e religião, destacando a importância de um Estado laico que respeite a diversidade religiosa e garanta a liberdade de crença para todos os cidadãos. Essa combinação entre sua fé e seu compromisso democrático tem sido uma marca importante de sua trajetória política, permitindo que dialogue com diferentes segmentos da sociedade brasileira.

Quando pensamos nessas duas figuras políticas pela perspectiva de análise de Pêcheux em que argumenta que o discurso deve ser entendido como uma materialidade histórica e linguística, informada por condições sociais específicas Pêcheux, (1969), podemos perceber como suas falas e ações são moldadas pelas circunstâncias históricas, sociais e culturais em que estão inseridas. Cada discurso político é, assim, uma construção que reflete e, ao mesmo tempo, influencia a realidade social, sendo impregnado pelas ideologias dominantes e pelas relações de poder existentes. A análise dos discursos dessas figuras, portanto, revela não apenas suas intenções e posicionamentos políticos, mas também os contextos históricos e sociais que os condicionam e os efeitos que produzem na sociedade. No caso de Ana Caroline Campagnolo, seu discurso conservador e suas posições políticas são produtos de um contexto ideológico que valoriza os princípios cristãos tradicionais e se opõe às pautas progressistas. Sua postura crítica em relação à educação de gênero nas escolas, por exemplo, reflete uma ideologia que vê tais políticas como uma ameaça aos valores e crenças cristãs. Isso é evidente em suas declarações e propostas de lei, que buscam preservar e promover uma visão conservadora da moralidade e da família.

Por outro lado, Marina Silva apresenta um discurso que, embora também enraizado em valores cristãos, foca na justiça social e na preservação ambiental. Sua trajetória de vida, desde a infância como seringueira até sua atuação política, moldou um discurso que combina preocupações ambientais com um compromisso ético derivado de sua fé evangélica. No entanto, Marina defende a separação entre Estado e religião, enfatizando a necessidade de um Estado laico que respeite a diversidade religiosa e promova a liberdade de crença Pêcheux, (1975).

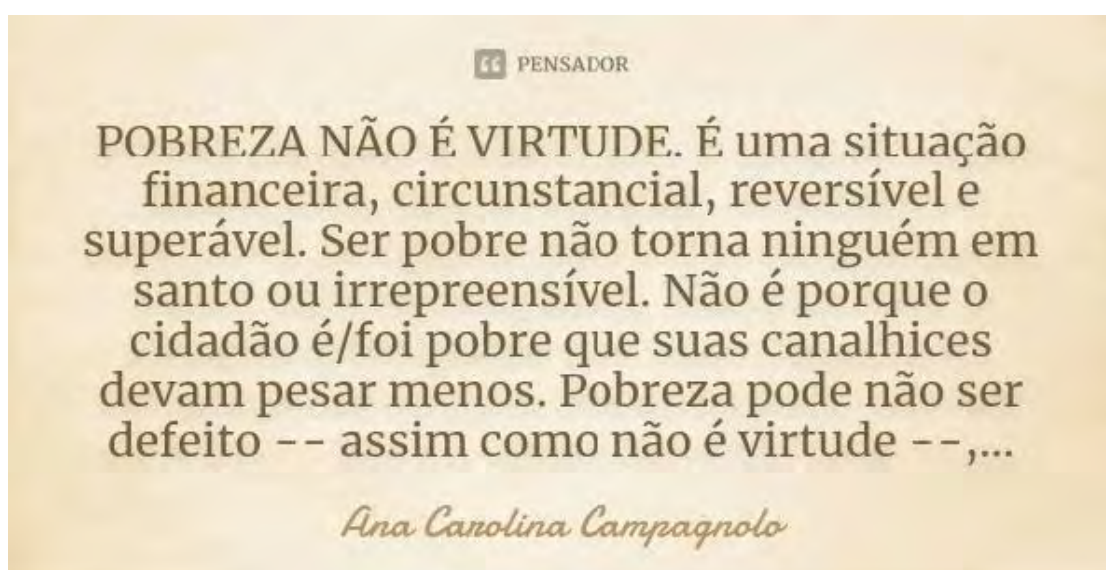
Embora as mulheres cristãs tenham alcançado conquistas legislativas e promovido mudanças sociais através de seus projetos de lei, a atuação desse grupo também gera preocupações. Críticos argumentam que sua influência política pode comprometer a separação entre Estado e religião, uma vez que suas posições se baseiam em convicções religiosas. Ao questionar se essas mulheres estão verdadeiramente representando os interesses de todas as brasileiras ou se estão priorizando apenas agendas específicas relacionadas às suas crenças religiosas (MAURICIO JUNIOR, 2019), é crucial analisar como suas posições e decisões políticas são influenciadas por suas convicções pessoais e pelo contexto sociocultural. Essa reflexão nos permite entender a complexidade da representatividade política e os desafios em conciliar interesses diversos em uma sociedade plural. Assim, a representação política dessas mulheres pode ser vista tanto como um reflexo de suas identidades individuais e coletivas quanto um indicador das tensões e negociações que permeiam o cenário político contemporâneo.

7. ANÁLISE DE CASOS DE SUCESSO DE MULHERES CRISTÃS NA POLÍTICA BRASILEIRA

Segundo Martins (2015), a representatividade das mulheres cristãs na política brasileira desempenha um papel significativo na tomada de decisões políticas e no debate de questões cruciais para a sociedade. No entanto, é crucial adotar uma abordagem crítica para entender como essas mulheres influenciam o cenário político, levando em consideração tanto seus impactos positivos quanto os potenciais controvérsias.

Um exemplo notório desse contexto envolve a Deputada Estadual de Santa Catarina, Ana Campagnolo, que ganhou destaque por suas posições conservadoras e sua atuação nas mídias sociais, muitas vezes com ataques controversos aos seus próprios dizeres. Campagnolo, alinhada com a bancada feminina do PL de parlamentares cristãs, tornou-se conhecida por sua postura crítica em relação a pautas progressistas, como a educação de gênero nas escolas, o aborto e as pautas feministas. Suas declarações frequentemente geraram polêmicas, destacando como as mulheres cristãs podem influenciar debates políticos de maneira intensa e, às vezes, controversa. Em uma de suas falas, que até viraram posts de Facebook, ela coloca:

Imagem 01. O Pensador



Fonte: <https://www.pensador.com/frase/MjMyMjM1OQ/>

Porém, a posição de Campagnolo em relação à pobreza levanta questionamentos sobre a congruência com os valores cristãos que ela tão fortemente defende. Enquanto enfatiza a não idealização da pobreza e a necessidade de responsabilidade individual, algumas interpretações dos ensinamentos cristãos realçam a compaixão, a ajuda aos necessitados e a valorização da humildade. Suas palavras parecem desconsiderar a mensagem central de empatia e solidariedade pregada por muitas vertentes do cristianismo. Ainda nessa seara, Michel Pêcheux argumenta que o discurso deve ser entendido como uma materialidade histórica e linguística, informada por condições sociais específicas. (PÊCHEUX, 1969).

No caso de Campagnolo, seu discurso sobre a pobreza é moldado por uma ideologia que valoriza a responsabilidade individual e uma visão conservadora da moralidade. Esta abordagem pode ser vista como uma tentativa de alinhar sua visão política com uma interpretação específica dos valores cristãos que enfatiza a autodeterminação e a independência. Essa visão desafia a tradicional premissa cristã de cuidar dos menos afortunados e levanta debates sobre como esses princípios se alinham com sua perspectiva sobre pobreza e comportamento humano. A dicotomia entre sua abordagem e os princípios cristãos de caridade e compaixão traz à tona uma reflexão crucial sobre a interpretação e aplicação desses valores nos debates contemporâneos.

No texto compartilhado por Ana Campagnolo em suas redes sociais, ela descreve um incidente ocorrido na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), onde ela e suas filhas foram insultadas e ameaçadas de violência física por militantes sindicais presentes nas galerias. Campagnolo denuncia a falta de escrúpulos desses manifestantes, que não hesitaram em dirigir seus ataques a ela e a suas crianças. Ela critica a postura desses indivíduos, sugerindo que, para os esquerdistas, a democracia é relativa, e a proteção e o respeito às mulheres e crianças dependem do lado político em que se encontram. Mesmo com seu posicionamento contrário, vem em suas redes sociais questionar a falta de manifestação dos órgãos protetores das mulheres diante do ocorrido. *“Um retrato do que é a ‘democracia relativa’ defendida pela esquerda: hoje, enquanto saía-*

mos do plenário da Alesc, eu e as minhas filhas fomos insultadas e ameaçadas de violência física por militantes de sindicatos que estavam nas galerias” (@anacampagnolo)

Campagnolo aproveita suas redes sociais para criticar a Central Única dos Trabalhadores (CUT), denunciando tal episódio. Essa crítica parece contraditória com sua convocação à bancada feminista para defender os direitos das mulheres em situações semelhantes. É interessante notar que Campagnolo, como mulher que não defende explicitamente as pautas feministas, estava presente com suas duas filhas em seu local de trabalho durante o ocorrido, o que ressalta ainda mais a complexidade da situação, e sua cobrança por posicionamento de tal bancada. Já a CUT, é uma organização sindical brasileira que historicamente tem lutado pela defesa dos interesses da classe trabalhadora e pela garantia de direitos laborais e sociais, incluindo a proteção das mulheres no ambiente de trabalho.

Conforme Pêcheux (1938-1983) aponta:

Nesses espaços discursivos supõe-se que todo sujeito falante sabe do que se fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação: essas propriedades se inscrevem, transparentemente, em uma descrição adequada do universo (tal que este universo é tomado discursivamente nesses espaços (p. 31).

Isso significa que os discursos produzidos em tais espaços são vistos como objetivamente verdadeiros e independentes do contexto específico de sua enunciação. A situação descrita por Campagnolo ilustra bem essa questão, na qual a narrativa construída por ela e a reação dos militantes sindicais refletem estruturas discursivas que são percebidas como verdades absolutas dentro de seus respectivos universos ideológicos. Assim, a postura de Campagnolo evidencia uma tensão entre suas críticas à CUT e a necessidade de proteção e defesa dos direitos das mulheres, destacando a complexidade das relações políticas e ideológicas no cenário contemporâneo.

Imagem 02. Instagram @anacampagnolo **Imagem 03.** Instagram @anacampagnolo



Fonte: <https://www.instagram.com/p/C1DFIUOJrZT/> Fonte: <https://www.instagram.com/p/C1DFIUOJrZT/>

De acordo com uma reportagem da Globo News publicada pelo G1, em 23 de junho de 2022, o Ministério Público Federal (MPF) anunciou que o procedimento de interrupção da gestação foi realizado na menina de 11 anos, impedida de realizar o aborto após ser vítima de estupro em Santa Catarina. A situação ganhou destaque após uma reportagem conjunta do Portal Catarinas e *The Inter-*

cept, em 20 de junho de 2022, evidenciando a necessidade de revisão das políticas públicas relacionadas a casos de violência sexual.

Segundo a reportagem da Globo News transmitida em 23 de junho de 2022 pela repórter Carolina Fernandes, de SC, a justiça determinou que a menina pudesse voltar ao convívio da família, possibilitando, assim, a continuidade do processo de interrupção da gravidez autorizado pela família. O hospital responsável pela intervenção afirmou que não fornece detalhes sobre seus pacientes por questões de privacidade e segredo de Justiça. Da mesma forma, a advogada da família preferiu não comentar publicamente sobre o caso. O MPF, em Florianópolis, emitiu uma recomendação ao hospital, que foi parcialmente acatada, resultando na realização do procedimento de interrupção da gestação da menor. A legislação brasileira permite o aborto nos casos de gravidez decorrente de estupro, risco à vida da gestante ou anencefalia do feto, desde 2012, segundo decisão do STF. No entanto, a aplicação prática dessas leis ainda enfrenta desafios, como evidenciado nesse caso em Santa Catarina.

Além das questões legais, as condutas da promotora e da juíza envolvidas no caso também estão sendo investigadas. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) informou em 21 de junho de 2022 que está apurando a conduta da juíza Joana Ribeiro, enquanto o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) instaurou um procedimento para investigar a conduta da promotora de Justiça Mirela Dutra Alberton. Essas investigações destacam a importância da responsabilidade e ética profissional no tratamento de casos sensíveis como este, envolvendo menores vítimas de violência sexual e questões relacionadas à saúde e direitos reprodutivos. O desfecho do caso continua gerando reflexões e debates sobre o sistema legal e de saúde no Brasil.

“Sim, a justiça determinou no início da tarde de hoje que a menina pudesse voltar ao convívio da família, com isso, segundo a advogada da família, a menina poderá dar andamento à interrupção da gravidez, que já está autorizada e é o desejo da família”, relatou a repórter Carolina Fernandes, da Globo News. O caso ganhou repercussão no início da semana, na segunda-feira, com a divulgação de

um vídeo da audiência. No vídeo, a juíza questiona a menina, perguntando se ela “suportaria ficar mais um pouquinho?”.

Segundo a advogada da família, a vara da infância pediu que a menina fosse enviada a um abrigo para ficar afastada do suposto agressor, e a justiça autorizou. Porém, segundo a decisão à qual a afiliada da Rede Globo teve acesso, a juíza Joana Ribeiro indicou que a ida da menina ao abrigo também seria para evitar o aborto.

Outra observação relevante foi feita pela repórter Mariana Queiroz ao conversar com alguns especialistas. Ela mencionou que “feriram a lei de escuta protegida, essa Lei Federal 13.431/2017, o que ela diz, basicamente ela impede e chamam de revitalização da criança que já sofreu violência e essa lei determina que essa criança só poderia ter sido ouvida obrigatoriamente por uma psicóloga ou por um assistente social dentro de um local adequado.”

Imagem 04. Menina de 11 anos que foi estuprada em SC consegue fazer aborto, diz MPF/ Santa Catarina G1



Fonte: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/06/23/menina-de-11-anos-que-foi-estupradaem-sc-consegue-fazer-aborto-diz-mpf.ghtml>

As atitudes da deputada nas redes sociais em relação a este caso têm gerado controvérsias e debates acalorados. Em seus pronunciamentos, ela destaca a abertura de uma CPI para investigar o aborto que foi realizado legalmente. Em

vídeos postados em seu Instagram, a deputada faz declarações como “Morte induzida de um nascituro e parto de um cadáver”, evidenciando sua posição contrária à interrupção da gestação nesse contexto específico.

Imagem 05. Instagram @anacampagnolo



Fonte: <https://www.instagram.com/p/Cs98NC1ALHm/>

Ao empregar expressões tão fortes como “apenas uma mente cauterizada pela ação diabólica e anti-humana pode seguir defendendo uma barbaridade dessas”, a deputada não apenas expõe sua visão moral, mas também traz à tona sua perspectiva profundamente religiosa sobre o tema. Essas declarações revelam não apenas uma

opinião, mas uma postura enraizada em crenças e valores que moldam sua compreensão do assunto, porém, aqui é importante ressaltar que o cerne da questão não reside apenas no feto, mas na criança que o está gerando. A menor envolvida neste caso enfrenta não apenas as consequências físicas de uma gestação indesejada decorrente de um estupro, mas também os desafios emocionais e sociais inerentes a uma situação tão delicada. Sua vulnerabilidade é ampliada pelo contexto legal e pelas discussões polarizadas que cercam o tema do aborto.

Essa situação traz à tona não apenas questões éticas e religiosas, mas também a importância de proteger e amparar as vítimas de violência sexual, garan-

tindo-lhes o acesso a um tratamento adequado e respeitoso dentro do sistema de justiça e de saúde. A discussão sobre o aborto deve considerar não apenas as convicções individuais, mas também o bem-estar e os direitos das pessoas envolvidas, especialmente quando se trata de uma criança em uma situação de extrema vulnerabilidade.

A atuação da deputada e sua postura nas redes sociais refletem a polarização existente em relação a temas sensíveis como o direito ao aborto em casos de estupro e a proteção dos direitos reprodutivos das mulheres.

Ao observarmos as redes sociais das políticas Ana Caroline Campagnolo e Marina Silva, é evidente como as pautas discutidas anteriormente se manifestam de forma distinta. Marina Silva utiliza suas redes sociais para destacar suas atuações políticas com foco em valores sociais, direcionando sua comunicação para a população como um todo. Sua abordagem é marcada pela promoção de causas ambientais e sociais sem explicitamente expor suas crenças religiosas, mantendo uma separação clara entre suas convicções pessoais e suas iniciativas políticas. Isso reflete seu compromisso com um Estado laico e a diversidade religiosa, conforme discutido em suas trajetórias políticas.

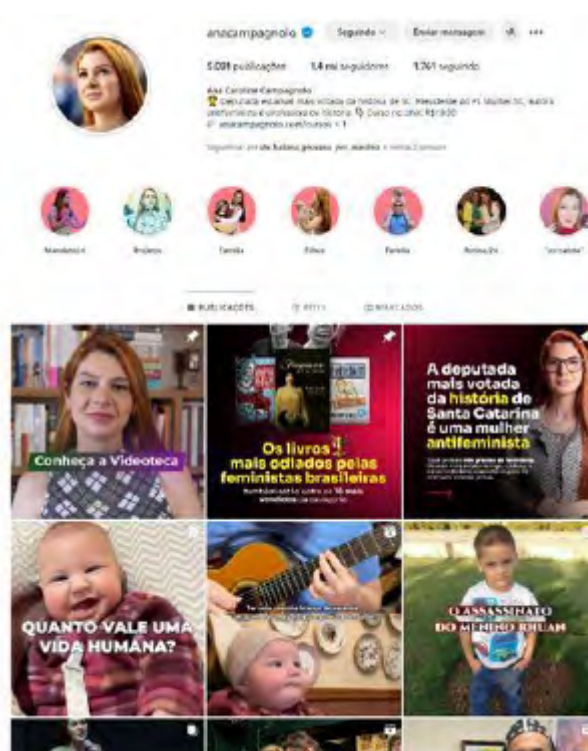
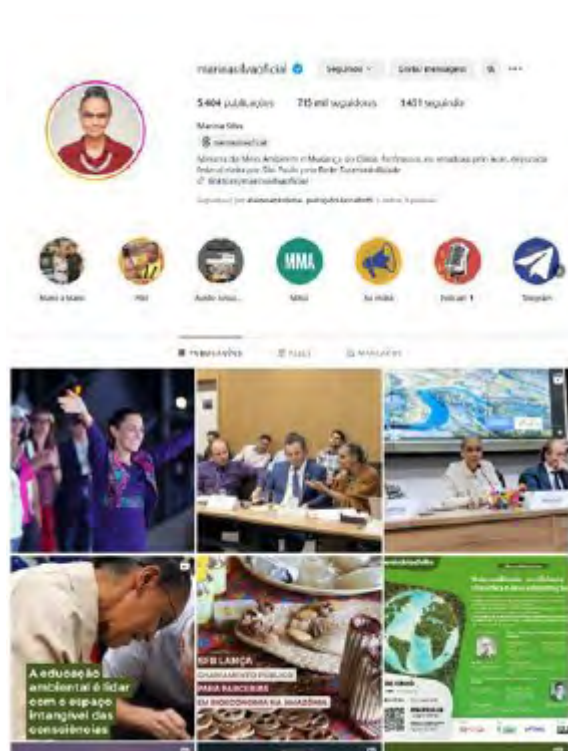
Neste sentido, como Pêcheux (1981, p. 30-35) argumenta, a análise do discurso deve revelar a ideologia subjacente que informa o discurso, pois essa ideologia não é evidente na superfície do texto. Esta perspectiva nos leva a considerar como as estratégias comunicativas de figuras políticas como Marina Silva são construídas para alcançar diferentes públicos e transmitir diferentes mensagens, mesmo que não estejam explicitamente declaradas.

Em contraste, as redes sociais de Ana Caroline Campagnolo mostram um uso mais extremo e explícito de suas convicções cristãs. Campagnolo frequentemente traz suas crenças religiosas para o centro de suas pautas políticas, utilizando-as como base para suas argumentações e propostas. Essa estratégia busca mobilizar e conquistar a atenção de um público que compartilha das mesmas convicções religiosas, reforçando sua imagem como uma defensora dos valores cristãos conservadores. Essa abordagem pode ser vista como uma tentativa de

solidificar sua base de apoio e ser levada a sério no cenário político através do alinhamento com princípios religiosos.

Neste contexto, o conceito de interdiscurso, conforme discutido por Pêcheux (1975, p. 45-50), postula que os discursos existem em uma relação dinâmica com outros discursos, permitindo que as influências ideológicas se manifestem e interajam continuamente. Essa perspectiva nos ajuda a compreender como as estratégias comunicativas de Campagnolo se inserem em um contexto mais amplo de discursos políticos e religiosos, influenciada pela forma como ela se apresenta e é percebida pelo público.

Imagem 06. Instagram @marinasilvaoficial **Imagem 07.** Instagram @anacampagnolo



Fonte <https://www.instagram.com/marinasilvaoficial/>

Fonte <https://www.instagram.com/anacampagnolo/>

Ao falarmos sobre essas mulheres, podemos olhar para o parlamento onde, de um lado, a Bancada Feminina refere-se a grupos de parlamentares, geralmente mulheres, que se unem para representar os interesses e demandas das mulheres no cenário político, buscando promover a equidade de gênero, proteger os direitos femininos e combater discriminações e violências de gênero em diferentes níveis governamentais. Por outro lado, a Bancada Feminista consiste em parlamentares,

ativistas e defensores dos direitos das mulheres que se dedicam a promover uma agenda política alinhada com os princípios do feminismo, incluindo a defesa da igualdade de gênero e o combate às estruturas patriarcais. Enquanto a Bancada Feminina foca na representação dos interesses femininos e na promoção de políticas de equidade de gênero, a Bancada Feminista tem uma abordagem mais ideológica, buscando uma agenda política diretamente relacionada aos valores feministas e combatendo o fundamentalismo que perpetua desigualdades e discriminações de gênero.

Conforme Santos (2018), apesar dos esforços das mulheres cristãs em ampliar sua influência na política, elas enfrentam desafios em relação ao equilíbrio entre suas crenças religiosas e a necessidade de representar todas as mulheres, incluindo aquelas de diferentes religiões, orientações sexuais e identidades de gênero. É fundamental que, ao buscar promover suas perspectivas, essas mulheres não perpetuem estigmas ou discriminam grupos minoritários.

A união das mulheres, independentemente de suas crenças e identidades, é essencial para criar um ambiente político mais inclusivo e igualitário. O diálogo e a colaboração entre diferentes grupos de mulheres podem levar a soluções mais abrangentes e justas para os desafios enfrentados por todas. Portanto, é fundamental reconhecer a complexidade das dinâmicas políticas e buscar construir uma sociedade onde todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas.

A análise da atuação das mulheres cristãs na política brasileira deve ser compreendida em sua pluralidade. Assim como a atual Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, temos exemplos de mulheres que trilham caminhos distintos e impactantes no cenário político nacional. De acordo com Souza (2015), por um lado, é inegável que essas mulheres têm desempenhado papéis ativos na promoção de valores conservadores e na defesa de pautas relacionadas à família e à moral religiosa. No entanto, é crucial não limitar nossa análise a essa perspectiva unilateral. Ao observarmos Marina Silva, uma mulher também cristã, percebemos que seus anseios religiosos não se chocam de forma intrínseca com suas ações políticas, as quais têm potencial de enriquecimento para todas as mulheres brasileiras e latino americanas.

No entanto, é fundamental reconhecer que essa influência não é homogênea, e as mulheres cristãs também enfrentam desafios internos. Dentro da própria comunidade religiosa, existem diferenças de opinião e abordagens em relação a questões políticas e sociais. Algumas mulheres cristãs defendem uma visão mais inclusiva e progressista, buscando promover valores de justiça social e igualdade de gênero dentro do contexto de suas crenças religiosas.

Além disso, é importante destacar que as mulheres cristãs não representam todas as mulheres, e suas visões políticas nem sempre refletem os interesses e necessidades de todas as brasileiras. As mulheres trans, negras e de outras religiões, também têm vozes importantes e devem ser consideradas nas discussões políticas. A representatividade deve ser diversa e inclusiva, garantindo que todas as perspectivas sejam representadas.

Outro ponto de análise crítica refere-se à necessidade de separar as esferas religiosa e política. Conforme Scapini (2019), embora as mulheres cristãs tenham o direito de expressar suas crenças e valores na política, é essencial garantir que o Estado permaneça laico e que as políticas públicas não sejam influenciadas por uma única perspectiva religiosa. A separação entre Igreja e Estado é fundamental para a manutenção da democracia e dos direitos individuais.

Por fim, a análise da atuação das mulheres cristãs na política brasileira deve considerar os impactos de suas ações a longo prazo. É necessário examinar como suas posições políticas afetam a sociedade como um todo, especialmente em relação à igualdade de gênero, direitos das minorias e políticas públicas. A busca por um equilíbrio entre a expressão de crenças religiosas e o respeito aos direitos humanos é um desafio constante que requer um debate crítico e construtivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação das mulheres cristãs na esfera política tem se tornado cada vez mais relevante nos últimos anos devido à crescente conscientização sobre a importância da representatividade feminina e da diversidade de vozes na tomada de decisões políticas. A presença dessas mulheres no cenário político é fundamental para garantir que suas demandas, necessidades e perspectivas sejam consideradas nas políticas públicas. Outrossim, a atuação das mulheres cristãs na política contribui para a promoção de valores éticos e morais baseados em suas crenças religiosas, o que pode trazer uma abordagem diferenciada para a discussão de temas como família, educação e saúde.

As mulheres cristãs desempenham diferentes papéis na política, desde lideranças religiosas que exercem influência sobre suas comunidades até candidatas a cargos políticos. Como líderes religiosas, elas têm o poder de mobilizar e engajar seus fiéis em questões políticas, utilizando sua autoridade moral para influenciar opiniões e comportamentos. Já como candidatas a cargos políticos, as mulheres cristãs podem trazer uma perspectiva única para as discussões políticas, representando os interesses das comunidades religiosas às quais pertencem.

Para conquistar espaço na política, as mulheres cristãs utilizam diversas estratégias. Uma delas é a formação de grupos de apoio e redes de influência, que permitem compartilhar experiências, trocar informações e fortalecer sua atuação política. Além disso, essas mulheres também se organizam em movimentos e associações que visam promover a participação política feminina, buscando ampliar sua representatividade nos espaços de poder. Essas estratégias são fundamentais para superar os desafios enfrentados pelas mulheres cristãs na esfera política.

O impacto das mulheres cristãs na tomada de decisões políticas é evidente em diversos exemplos concretos. Projetos e leis relacionados à família, educação sexual, aborto e direitos LGBTQIA+, por exemplo, têm sido influenciados pela

atuação dessas mulheres. Sua visão conservadora e baseada em valores religiosos tem contribuído para moldar o debate público sobre essas questões, muitas vezes resultando em mudanças legislativas que refletem suas posições.

A atuação das mulheres cristãs na política pode promover mudanças sociais e políticas significativas. A defesa dos direitos das mulheres é uma das principais pautas dessas mulheres, que buscam garantir igualdade de gênero e combater a violência doméstica, por exemplo. Ademais, sua participação política pode contribuir para a promoção da igualdade de oportunidades e o fortalecimento da democracia, ao ampliar a representatividade feminina nos espaços de poder.

As mulheres cristãs têm um impacto significativo na formulação de políticas públicas relacionadas a questões morais e religiosas. Sua participação ativa nos debates políticos e sua influência nas estruturas partidárias permitem que elas defendam suas convicções e valores. A pesquisa acadêmica pode analisar como essas mulheres contribuem para a definição da agenda política, bem como os resultados concretos de suas intervenções. Além disso, é importante investigar as possíveis consequências dessas políticas públicas para a sociedade como um todo.

Como uma mulher brasileira de origem latino-americana e inserida em um contexto social permeado pela religiosidade, trago à luz desta pesquisa aspectos de minha própria experiência. Em meu ambiente, observei de perto a luta de mulheres trabalhadoras em prol da igualdade de gênero. Contudo, o cenário contemporâneo, marcado pelo avanço midiático e suas influências, aliado aos discursos religiosos, tem gerado uma crescente confusão. Muitas vezes, devido à falta de acesso ao conhecimento ou à escassez de oportunidades para leituras aprofundadas, tais mulheres se veem submetidas a manipulações que as deixam desorientadas quanto à escolha de quem as representar em suas demandas. É imperioso ressaltar que as abordagens políticas adotadas pelas mulheres cristãs se distinguem das empregadas por outros grupos feministas. Enquanto o feminismo secular baseia suas reivindicações na busca pela igualdade de gênero por meio de preceitos laicos, as mulheres cristãs fundamentam suas demandas em valores

morais e religiosos. Tal disparidade ideológica repercute de maneira significativa na forma como essas mulheres se organizam, articulam suas pautas e se relacionam com outros segmentos do movimento feminista.

Dessa forma, uma análise aprofundada dessas discrepâncias por meio da pesquisa acadêmica contribui para uma compreensão mais ampla do movimento feminino religioso. A relação entre as mulheres cristãs e os partidos políticos é um aspecto relevante a ser investigado. A representatividade e a participação dessas mulheres nas estruturas partidárias podem variar significativamente, dependendo do contexto político e cultural. A pesquisa acadêmica pode examinar como as mulheres cristãs são incorporadas nos partidos políticos, sejam eles de orientação conservadora ou progressista. Outrora, é importante analisar o impacto dessa representatividade na formulação de políticas públicas e no fortalecimento do movimento feminino religioso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Clara. **Mulheres e representação política**: a experiência das cotas no Brasil. Estudos feministas, p. 71-90, 1998.

ANA CAROLINE CAMPAGNOLO. **Perfil do Instagram**. 2012. Instagram: @anacampagnolo. Disponível em: <https://www.instagram.com/anacampagnolo/?hl=pt>.

BEZERRA, Jamille Narciso dos Reis et al. **Profetizando às mulheres**: mídia gospel, gênero e política. 2018.

BIROLI, Flávia. **Mulheres e política nas notícias**: Estereótipos de gênero e competência política. Revista crítica de ciências sociais, n. 90, p. 45-69, 2010.

BRASIL, Luciana Leão, **Linguagem - Estudos e Pesquisas**. Vol. 15, n. 01, p. 171-182, jan/jun 2011 2011 by UFG/Campus Catalão - doi: 10.5216/lep.v15i1.25149

COLEN, Karen de Sales. **RELIGIÃO E ESFERA PÚBLICA**: sentidos emancipatórios das evangélicas feministas à luz da teoria feminista deliberativa. 2019.

COWAN, Benjamin Arthur. “**Nosso Terreno**” crise moral, política evangélica e a formação da ‘**Nova Direita**’ brasileira. Varia História, v. 30, p. 101-125, 2014.

EDMUNDO, Narracci Gasparini. **I LÍNGUA E LALANGUE NA ANÁLISE DO DISCURSO DE MICHEL PÊCHEUX**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 198p. 16 x 23 cm.

FOIATTO, Jordana. **As mulheres militares da MINUSTAH**: uma análise sobre a inserção da perspectiva de gênero no treinamento e ação das tropas brasileiras no Haiti(2004-2017).Pelotas, 2019. 148 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pelotas.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e religião**: a participação dos evangélicos nas eleições. FGV Editora, 2006.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Religião, cultura e política**. Religião & Sociedade, v. 32, p. 29-56, 2012.

MACHADO, Maria das Dores Campos; DE FIGUEIREDO, Fabiana Melo. **Gênero, religião e política:** as evangélicas nas disputas eleitorais da cidade do Rio de Janeiro. *Ciencias Sociales y Religión*, v. 4, n. 4, p. 125-148, 2002.

MARINA SILVA. **Perfil do Instagram.** 2013. Instagram: @marinasilva. Disponível em: <https://www.instagram.com/marinasilvaoficial/?hl=pt> .

MARTINS, Carla. **Mulheres, liderança política e media.** Alêtheia Editores, 2015.

MAURICIO JUNIOR, Cleonardo Gil de Barros. **Como os evangélicos discutem política?:** a constituição do crente-cidadão entre os jovens universitários da igreja de Silas Malafaia. 2019.

MELO, Sydnei. **“Dissidentes”:** a esquerda evangélica na Assembleia Constituinte (1987/1988). *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 7, n. 2, p. 197-215, 2021.

MOREIRA, Cibelle Pinheiro. **A influência da bancada evangélica na formulação de políticas públicas para mulheres na Câmara dos Deputados.** 2018.

NASCIMENTO, Magali Cunha do. **Religião e política no Brasil nas primeiras décadas dos anos 2000:** o protagonismo dos evangélicos. *Fronteiras-Revista de Teologia da Unicap*, v. 3, n. 1, p. 40-65, 2020.

NATIVIDADE, Marcelo; DE OLIVEIRA, Leandro. **Sexualidades ameaçadoras:** religião e homofobia (s) em discursos evangélicos conservadores. *Sexualidad, Salud y Sociedad Revista Latinoamericana*, n. 2, p. 121-161, 2009.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catheríne. **A propósito da Análise Automática do Discurso:** atualizações e Perspectivas (1975). In: GADET, Françoise e HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux.* Trad. Bethânia S. Mariani et al...3º ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, p. 163-252, 1997.

PÊCHEUX, Michel, **1938-1983 O discurso:** estrutura ou acontecimento/ Michel Pêcheux; tradução: Eni P. Orlando – 5ª Edição, Campinas, SP Pontes Editores, 2008

PÊCHEUX, Michel. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Trad.: Eni Pulcinelli Orlandi Campinas: Pontes, 1997. Edição original: 1983.

PÊCHEUX, Michel. **Analyse automatique du discours**. Paris: Dunod. 1969

PÊCHEUX, Michel. **Inquietude du discours**. Ed. Denise Maldidier. Paris: Cendres. 1981

POSSAS, Lidia M. Vianna. **As blusas verdes e as marchadeiras**. Movimentos de mulheres e de participação política nos anos 30 e 60. Revista Nuevas Tendencias en Antropología, v. 3, n. 1, p. 20-43, 2012.

REZENDE, Dannyel Brunno Herculano. **Eleições presidenciais (2010-2018) e ativismo religioso: a participação dos evangélicos na esfera pública brasileira**. 2022.

RODRIGUES, Kelly De Conti; FRABETTI, Otávio. **MARKETING POLÍTICO NA DEMOCRACIA CRISTÃ BRASILEIRA: ESTUDO DE ENQUADRAMENTO DE NOTÍCIAS DO PSDC MULHER**. Revista de Iniciação Científica da FFC-(Cessada), v. 13, n. 3. SANT'ANA, Patrícia Raquel Silva. O fundamentalismo religioso cristão e o abuso de poder no cenário social e político brasileiro atual. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Resenha: Desmontando as Armadilhas do Feminismo Civilizatório**, 2021 Companhia das Letras

SANTOS, Marcela Barba. **MULHERES NA POLÍTICA E NA RELIGIÃO. UMA ANÁLISE SOBRE A REPRESENTATIVIDADE DE LIDERANÇAS PENTECOSTAIS FEMININAS NO YOUTUBE DURANTE O PERÍODO ELEITORAL DE 2018**.

SCAPINI, Gabriela Luiz. **‘Rumo à vitória com a permissão de Deus’: campanhas eleitorais das vereadoras evangélicas em 2016**. 2019.

SERSCHÖN, Márcia Vorpagel. **Quando elas estão com ele: o funcionamento do discurso das mulheres com o presidente**³⁸. 2021. 110 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel - PR.

SILVA, Emanuel Freitas. **Cenas públicas de enfrentamento político-religioso: apontamentos de tensões entre parlamentares evangélicos e o governo de Dilma Rousseff**. Faces de Clio, v. 5, n. 9, p. 146-161, 2019.

SILVA, Renata Cristina Maia; SOUZA, Naiana Zaiden Rezende. **Atuação da frente parlamentar evangélica frente aos direitos fundamentais das mulheres: projeto de lei do aborto e estatuto do nascituro**. Revista Aporia Jurídica- ISSN 2358-5056, v. 1, n. 8, 2017.

SOUZA, Sandra Duarte. **Mulheres evangélicas na política:** tensionamentos entre o público e o privado. HORIZONTE-Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, p. 1261-1295, 2015.

SOUZA, Sandra Duarte. **Política religiosa e religião política:** os evangélicos e o uso político do sexo. Estudos de religião, v. 27, n. 1, p. 177-201, 2013.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes; REIS, Livia. **Mulheres evangélicas para além do voto:** notas sobre processos de engajamento, política e cotidiano. Debates do NER, 2023.

TELES, Lucimara Diniz. **Conservadorismo religioso e suas implicações na condição de submissão da mulher na sociedade brasileira.** 2021.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial.** Trad. de Dias, Jamille Pinheiro; Camargo, Raquel. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

O IMPACTO NEGATIVO DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES RELIGIOSAS FUNDAMENTALISTAS NA POLÍTICA

**UMA INVESTIGAÇÃO DAS DINÂMICAS
DE MANIPULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO**

www.terried.com
contato@terried.com
(55) 99656-1914

